

A QUESTÃO DO ESPAÇO: as interfaces da geografia com a economia rural¹

Elizabeth Alves e Nogueira²

***"Discorrer, ainda que exaustivamente sobre uma disciplina, não substitui o essencial que é a discussão sobre seu objeto. Na realidade o corpus de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia.... O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que, para cada qual, deve garantir, como forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral"* (SANTOS, 1996).**

1 - INTRODUÇÃO

O artigo pretende constituir-se numa etapa do estudo que, em ritmo acelerado, progride e descobre os mecanismos e as leis que regem o mundo de hoje. A evolução do conhecimento está a exigir dos cientistas sociais uma atenção mais sistemática ao debate de questões básicas de suas disciplinas e um aprofundamento da discussão dos rumos tomados pela ciência moderna como um todo, pelo seu ponto de vista teórico/metodológico e aplicado. Muitos economistas, psicólogos, cientistas sociais criam tensões nas ciências humanas ao insistirem na preeminência de seus objetos. Tal posição não se constitui num desejo de dominação, mas numa crença dogmática no valor da ciência que escolheram e à qual se devotaram inteiramente. Alguns resistem a aceitar pontos de vista opostos em função de suas teorias sobrevirem de

¹A autora agradece aos Pesquisadores Científicos Sebastião Nogueira Junior e Mário Pires A. Olivetti as críticas e sugestões.

²Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

reflexões muitas vezes longas e difíceis. Além disso, as diferentes ciências têm seus fiéis seguidores, levando, freqüentemente, as escolas ao embate.

Embora essas observações possam parecer banais, apontam numa direção que o positivismo antigo ou moderno parece desviar: a interdisciplinariedade, cujas regras estão ainda por serem distinguidas pelos estudiosos das ciências humanas.

Este artigo tem como propósito caminhar um pouco mais para o conhecimento das ciências sociais - com ênfase à geografia - para entender o espaço geográfico e a sociedade nele organizada, que também se constitui no objeto de investigação da economia, seja ela regional, urbana e/ou agrícola, observando a existência de uma vinculação orgânica entre conhecimentos, idéias, valores e demais fatores existenciais da sociedade, da economia e da cultura, que permitam construir o objeto da ciência em seus aspectos objetivos e subjetivos compatíveis com a realidade. Também procura caracterizar uma categoria analítica: o espaço geográfico - definido como instância social - que permita a integração da geografia com a economia e com outras ciências sociais para compreensão e resolução de problemas candentes contemporâneos.

É importante salientar que a reconstrução da produção intelectual dos autores selecionados foi feita de forma bastante parcial porque, de um lado, seria impraticável apresentá-la em sua totalidade - seria grande o risco de se perder o fio condutor quando são tantos e tão atraentes os atalhos - e, de outro, a lista de pensadores e estudiosos que colaboraram para o advento das ciências sociais é reconhecidamente extensa. É essencial que se esclareça que as considerações apresentadas neste artigo não são exaustivas e/ou conclusivas para o equacionamento da identidade das ciências sociais. Não se pretende aqui usar definições minuciosas que resistam às críticas e, tampouco, abordar todo campo da pesquisa dessas ciências. O que se intenta é aguçar o interesse dos cientistas envolvidos com o assunto, cujas sugestões,

críticas e acréscimos certamente contribuirão para que a ciência possa responder às mudanças do mundo real.

Para que se possa entender a atual configuração da geografia e suas interfaces com as demais ciências, há que se buscar no passado os marcos da trajetória no curso da qual a ciência, em seu conjunto, emancipou-se da filosofia e da teologia; caminhos em que as ciências sociais constituíram-se como tais.

O exame do desenvolvimento histórico da ciência permite verificar que as fronteiras do conhecimento científico - se é que existem - deslocam-se incessantemente, o que leva a considerar que as ciências sejam indefinidamente "abertas". O que se tem a observar é que os limites de uma área de investigação podem ser constantemente deslocados e realocados na história, porém devem tender sempre e de modo claro para o caminho do rigor, da precisão, da sistematização, da objetividade, da generalização, do objeto de estudo, qualquer que seja a disciplina considerada.

Neste artigo, procura-se analisar a evolução do pensamento geográfico no tempo e discutir conceitos sobre o espaço geográfico como objeto de investigação. Caminha-se para a discussão de estudos sobre posições historicamente importantes para a metodologia da análise econômica e geográfica, sem porém afirmar quais critérios seriam mais adequados ao trabalho teórico e empírico, como um produto fechado. O trabalho discorre sobre conceitos de espaço agrário, caminhando-se novamente para a noção de espaço - categoria analítica presente nas diversas disciplinas sociais - procurando entender sua natureza e encontrar caminhos que permitam corretamente analisá-lo. A ênfase na necessidade de pesquisas inter e multidisciplinares tem como propósito estimular novos estudos nessa área e, especialmente, promover a integração entre as diversas disciplinas que tratam da organização sócio-econômica do mundo de hoje.

2 - O PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO TEMPO

Considerada uma das mais antigas disciplinas, a geografia era chamada, na Grécia antiga, de "história natural" ou "filosofia natural" nos escritos dos geógrafos Thales de Mileto (sé-

culo VI AC) e Heródoto (século V AC), que consideravam o meio ambiente físico de muita importância para as viagens de negócios e de conquista de novas terras no mundo ocidental.

Como uma disciplina acadêmica foi reavivada apenas por volta do século XV (DC) quando Bernhardus Varenius em sua "Geografia Geral" (1650) estabeleceu conceitos de geografia tópica - especialmente tópicos físicos e as inter-relações de suas causas e efeitos - e geografia regional, que dominaram o pensamento geográfico por, pelo menos, 150 anos. Conquanto alguns filósofos e estudiosos do século XVII - Kant, Goethe e Montesquieu - tenham estudado tópicos humanos da geografia, isto é, a interação entre humanidade e a natureza, o desenvolvimento geral da disciplina caminhou para a estagnação e por volta do século XIX, chegou até a ser identificada com a geologia tão somente.

Na história da geografia, a teoria de Von Thünen, em finais do século XVIII, trouxe grandes contribuições para a chamada teoria locacional, amplamente empregada por geógrafos e economistas. Por não ser considerado um professor teórico e sim um agricultor prático, conseguiu uma ligação entre pesquisa dedutiva e a experimentação indutiva, que o levou a uma boa aproximação da realidade, conferindo à sua obra um caráter original e de grande importância no mundo acadêmico. Pode ser considerado o pioneiro no domínio espacial e o primeiro a raciocinar em termos marginalistas (OLIVEIRA, 1978). Von Thünen tratou a renda da terra a partir das desigualdades existentes quer quanto à fertilidade do solo - natural - quer quanto à localização dessa terra - em relação à distância das cidades, para desenvolver seu instrumental teórico que levasse à uma lei geral da economia política e agrária.

Na primeira metade do século XIX, Karl Ritter - historiador e filósofo - procurava fazer análises comparativas entre regiões diversas, buscando explicar as formas de ocupação do espaço territorial; o filósofo alemão Karl Marx, estudando o sistema capitalista, procurava explicar as relações existentes entre o homem e a natureza, estabelecendo o processo de transformação das sociedades naturais (pré-capitalistas) em sociedades industriais, onde os capitalistas - visando a acumulação de capitais - reduziam a influência do meio natural e o transformavam, sem levar em conta os danos ecológicos e sociais dessas mutações.

Friedrich Ratzel assim como Humboldt e Ritter, reputados como os fundadores da geografia moderna, apresentaram leis e condições físicas do universo e introduziram as relações entre a humanidade e seu meio ambiente nos estudos geográficos. Ratzel - de formação antropológica - subdividiu a geografia humana de Ritter em antropogeografia e geografia política. Suas idéias embasaram o pensamento de outros geógrafos que passaram a se preocupar com os problemas do povo, raça, estado, localização dos estados em relação aos oceanos e mares, conduzindo à geografia política e, posteriormente, à geopolítica, com a contribuição de Kjellen. No mesmo período, na França, predominavam as idéias geográficas de Elisée Reclus e de Vidal de la Blache (ANDRADE, 1992).

O final do século XIX e início do XX foi, novamente, um período marcado pelo desenvolvimento da filosofia geográfica, tanto na escola francesa como na alemã, cuja finalidade era de analisar e explicar os fatores que controlavam a organização espacial da sociedade, utilizando como ferramentas métodos e modelos estatísticos, que passaram a ser utilizados também para previsões de tendências e padrões espaciais futuros. Embora Torsten Hagerstrand, na Suécia, e Walter Christaller, na Alemanha, tenham trabalhado com técnicas estatísticas nas décadas de 20 e 30, apenas a partir dos anos 60, elas foram mais amplamente aplicadas e aperfeiçoadas.

O conhecimento científico iniciado no Brasil nas primeiras décadas do século XX foi, segundo ANDRADE (1992), influenciado pela geografia clássica de Ratzel e de la Blache, com os estudos de Delgado de Carvalho e, depois, em cursos administrados por Pierre Monbeig, Pierre Defontaines e Francis Ruellan. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também trouxe grande contribuição ao desenvolvimento das idéias defendidas pela escola clássica, que separava a geografia física da humana, com grande ênfase ao ambientalismo e uma ausência de preocupações teóricas. Durante a década de 60, predominaram no País as pesquisas de âmbito regional.

O estudo geográfico passou a ser dividido, então, em dois principais ramos: 1) geografia física, cujo principal interesse está nos processos e condições naturais da superfície terrestre no resultado das estruturas espaciais - a geomorfologia, a biogeografia ou ecogeografia e a climatologia; 2) geografia humana que estuda as

mudanças nas distribuições espaciais da população, bem como suas atividades e suas interações com o meio ambiente natural, em íntimo contato com as ciências sociais: a geografia cultural; a geografia da população; a geografia econômica, que compreende a geografia agrária, a industrial, a do turismo, a dos transportes, etc.; a geografia histórica; a geopolítica e, finalmente, a geografia urbana (WEINER, 1990-1995).

Como já se enfatizou, durante longo tempo da história, pesquisar ou fazer geografia significava apenas localizar e descrever a paisagem de um determinado fenômeno. Parecia que o mundo era composto de paisagens permanentes e localizações fixas - uma leitura cartesiana. Entretanto, estudar as relações entre a sociedade e a natureza e a organização delas resultante implica aceitar que, do mesmo modo que a natureza se transforma, também a sociedade constantemente se reconstitui - mesmo guardando traços primitivos - dentro de um processo com novas características. Por não ser linear, essa evolução causou, por algum tempo, certa dificuldade aos geógrafos que procuravam analisar de forma cartesiana esses processos de transformações e de inter-relações.

A existência de uma grande dinâmica entre sociedade e natureza dificultava o estabelecimento preciso de uma definição e um objeto da geografia como ciência, daí tantas divergências entre os geógrafos. Uns encaminharam as suas reflexões influenciados por interesses de seus países, outros de sua classe social ou de sua formação ideológica.

Após a II Guerra Mundial, interesses de escolas ideológicas e das posições políticas procuraram ultrapassar e até eliminar a geografia descritiva - preocupada com um relacionamento maior entre o homem e a natureza - substituindo-a por uma de maior impacto filosófico ora ligada a posições conservadoras ora às mais revolucionárias, com as mais diversas conotações e radicalismos. Buscou-se, ainda, transformar uma ciência em uma técnica ao medir o crescimento e as quantidades, sem considerar as conseqüências sociais e ecológicas do processo expansionista do modo de produção capitalista, em especial nos setores do governo voltados ao planejamento, utilizando a teoria de sistemas.

A grande renovação no pensamento geográfico, porém, surgiu com Pierre George e Jean Tricart, divulgadores do pensamento mar-

xista, nos anos 50 e 60 - procurando adaptar o método da geografia a um mundo que ela devia explicar e para o qual devia se refazer permanentemente (SOUZA, 1994). Ao longo das últimas décadas foram intensos os embates ocorridos entre as diversas correntes de pensamento envolvidas com a sua produção científica, na tentativa de se integrar às ciências sociais.

A geografia quantitativa - que concebe as múltiplas relações entre os elementos da paisagem como relações matemáticas - perdeu prestígio, dando lugar às tendências ecológicas e dialéticas. De acordo com ANDRADE (1992), a tendência dialética tem levado em conta a influência da infra-estrutura econômica sobre a ação do homem para explicar a produção do espaço. É um espaço geográfico aquele que é produzido pelo homem com vistas à apropriação de bens no período pré-capitalista e à produção de mercadorias, à acumulação de capital, na sociedade capitalista.

A chamada geografia crítica - que avalia criticamente a geografia tradicional, a crise do pensamento geográfico e as principais propostas de renovação, nas mais diversas vertentes - não se preocupa apenas com o estudo do espaço. Ela tenta explicar a forma como o espaço geográfico foi produzido, em função de quais interesses e quais as conseqüências desta produção tanto sobre as estruturas sociais como sobre a acumulação de capital (ANDRADE, 1977). Assim, sem minimizar a importância das condições naturais, são as artificialmente criadas que se sobressaem, graças aos processos técnicos e aos suportes geográficos da informação. Os lugares se especializam, de acordo com suas virtudes naturais, com sua realidade técnica, com suas vantagens de ordem social (SANTOS, 1996).

A obra de SANTOS (1978), de leitura obrigatória para se conhecer a geografia crítica, tem como principal argumento discutir o espaço social e ver a sua produção como objeto; como sendo uma obra do trabalho e morada dos homens; como uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade. Esse autor enfatiza que o espaço deve ser visto como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social. A organização deste é determinada pela tecnologia, pela cultura e pela organização social e é fruto de uma acumulação desigual de tempo. Nesse movimento de renovação do pensamento geográfico advém, pois, uma postura crítica ra-

dical à geografia existente (seja a tradicional ou a pragmática) frente à realidade, à ordem constituída, que almeja estabelecer a relação entre aquela disciplina e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista.

Essa postura crítica, que teve suas raízes na ala mais progressista da geografia regional francesa, foi paulatinamente se inteirando do papel dos processos econômicos e sociais, no direcionamento da organização espacial, da importância do elemento humano - na sujeição da geografia física à humana - e na idéia da região como produto também histórico. Assim, o estudo regional da escola francesa - que teve muita influência sobre a brasileira - aproximou-se da história e da economia, introduzindo à análise regional novos elementos (MORAES, 1982). Na verdade, a geografia crítica abre um leque bem amplo de influências "externas", de autores urbanistas não-geógrafos.

HARVEY (1974), no livro que critica as teorias liberais sobre a cidade, tenta empregar a teoria da renda fundiária na valorização do espaço e analisa o uso do solo - um tema clássico da geografia - à luz das categorias do valor-de-uso e do valor-de-troca, chegando a algumas concepções interessantes, quando vê "*as formas espaciais enquanto processos sociais, no sentido de que os processos sociais são espaciais*". Ainda há outros estudiosos que enfocam a expansão espacial das relações capitalistas de produção, as formas espaciais e os fluxos gerados, enfim, a lógica do capital na apropriação e ordenação dos lugares. Com tal finalidade, retoma-se a discussão das questões como a relação entre a sociedade e o solo, o Estado e o território, os recursos naturais e a atividade econômica.

As transformações recentemente vividas podem ser desvendadas a partir da compreensão desse desenvolvimento contraditório, desigual de toda e qualquer sociedade. São as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica do território (OLIVEIRA, 1994).

Desse modo, devem ser considerados os efeitos e as transformações provocados pelas ações humanas no meio ambiente físico - seus impactos - e que se refletem, por interação, nas condições ambientais que envolvem a vida dos homens. Nesse sentido, o movimento ecológico vem ganhando força na sociedade e entre as mais diversas disciplinas, na medida em que

tem como preocupação central as mudanças sensíveis - positivas ou negativas - nas condições de saúde e bem-estar das pessoas e na estabilidade do ecossistema do qual depende a sobrevivência humana. Hoje a geografia ensinada nas escolas particulares de 1º e 2º graus tenta aprofundar os conhecimentos relativos aos recursos naturais renováveis e não renováveis e às ações humanas sobre a natureza, apontando não só para os benefícios obtidos como para os danos ambientais. Os estudos geográficos são apresentados às crianças como aqueles que explicam e interpretam os fatores que mudam a fisionomia do mundo, as relações entre a Terra e os seres vivos, o espaço em transformação no mundo contemporâneo. À ciência geográfica compete, pois, descrever a superfície da Terra, estudar os acidentes físicos, climas, solos e vegetações e as relações entre o meio natural e os grupos humanos. Serve para ajudar o homem a entender o espaço em que vive e as suas possibilidades econômicas de sobrevivência.

Busca-se avaliar os efeitos temporais e espaciais, isto é, quais são as diferenças entre os valores observados em decorrência da urbanização, industrialização, mineração, atividades agrícolas e outras que deveriam existir "naturalmente", caso essas atividades não estivessem presentes (CHRISTOFOLETTI, 1994).

O discurso ecológico atual, embasado em correntes de opiniões antigas e conversões recentes, vem sendo, também, difundido aos mais diferentes segmentos da sociedade - dentre outros, políticos que entendem trabalhar o "verde"; industriais que vendem o "verde"; consumidores que começam a mudar seus hábitos e comportamentos em função da preocupação com questões ambientais; habitantes das cidades e do campo que se mobilizam para defender a qualidade de vida; e cientistas que se empenham em investigar alternativas para a questão. Ele envolve desafios e paradoxos a serem pesquisados para a compreensão da interdependência e unicidade da relação natureza/sociedade.

Assim, uma direção a ser seguida pelo conhecimento técnico e científico, que vise superar os problemas do ecossistema, deve contemplar a gestão dos elementos da natureza nos diversos compartimentos articulados entre si e com equipes multidisciplinares envolvidas (GOMES, 1994).

3 - O ESPAÇO GEOGRÁFICO

O espaço é historicamente produzido pelo próprio homem, que então se organiza como sociedade com a natureza. No seu todo, ele é o registro das tensões, dos sucessos e fracassos da história de uma sociedade. Permite analisar os problemas, tendo em conta as divergências, as disparidades que coexistem com as convergências e com a unidade. Encontram-se nele todas as marcas da evolução histórica de um povo, fazendo do espaço uma soma dos tempos desiguais, por onde se pode (re)ler o mundo (SANTOS, 1994).

A noção de espaço, presente nos mais diversos ramos do conhecimento científico, apresenta características próprias a cada um deles que vão desde aquela abstrata do matemático - das coordenadas, pontos, linhas, superfícies e volumes - até o outro extremo da concepção muito concreta do espaço, dos acidentes físicos, de cadeias de montanhas, cursos de rios - passando pelas linhas terrestres, marítimas e aéreas de relações de origem humana, com pontos de encontro e de irradiação, numa mescla de conceitos geográficos e sociológicos, nos quais as estruturas espaciais são comandadas por fatores ecológicos e sociais (ANDRADE, 1987).

O homem, à medida que aperfeiçoa seus conhecimentos técnicos e que dispõe de capital, trata de promover modificações na natureza, visando produzir o tipo de espaço que idealizou. A participação dos fatores naturais e dos institucionais é relativa, uma vez que as estruturas econômico-sociais, tanto quanto as estruturas naturais, são resultados da evolução, da ação do homem - especialmente nas sociedades industriais - na busca da produção ou da apropriação dos recursos naturais.

Segundo ANDRADE (1992 e 1994), a geografia passa a ser definida como a ciência que estuda o espaço geográfico, produzido pelos homens quando interferem no meio natural e o adaptam à sua exploração, conforme as necessidades institucionais e os fatores culturais, técnicos e econômicos a seu dispor. Uma disciplina que deve procurar estudar a organização espacial, através dos tempos, a partir das suas sociedades.

Um estudo da produção social, visto num contexto histórico, é formado de contradições dadas pela grande diversidade de ações entre as classes. Esse "todo social", segundo

Marx (citado por OLIVEIRA, 1978), compõe-se de uma infra-estrutura (condições econômicas de produção - produção imediata/ distribuição/ circulação e consumo) e de uma supra-estrutura (formas jurídico-políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo: as formas ideológicas), que são articuladas num determinado modo de produção o qual, por sua vez, se realiza numa dada formação social (OLIVEIRA, 1978).

Dumont, citado por ANDRADE (1992), mais centrado no plano das ciências econômicas, salienta que a passagem da sociedade tradicional para a moderna deu-se em termos de um excepcional desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do capitalismo, com forte interferência no meio natural. Investiga suas implicações principalmente nas relações de poder. Segundo o autor, na sociedade tradicional, as relações de poder que prevaleciam entre os homens eram muito mais importantes do que as que se estabeleciam entre eles e as coisas; seguia-se daí a distinção entre riqueza imobilizada - propriedade, basicamente terra - e os bens móveis - dinheiro e seus equivalentes, com marcante predomínio da primeira sobre a segunda, pois era por meio da propriedade da terra que um núcleo reduzido de homens dominava grandes grupos. Na sociedade moderna esses valores se invertem, a riqueza móvel assume caráter autônomo e preponderante, fortalecendo-se as relações de poder agora, do homem sobre as coisas - uma pré-condição para a emergência de uma ciência voltada para a investigação do fenômeno econômico.

Nas definições do objeto da ciência econômica prevalece a valorização do homem, sua engenhosidade e talento na administração de recursos escassos para a satisfação de suas necessidades, privilegiando a adequação de meios a seus fins. A sociedade se torna uma soma desses indivíduos empenhados, diariamente, em maximizar seus ganhos.

A abordagem econômica se inclui na representação que a sociedade moderna faz de si mesma, ou seja, faz parte da teoria social complexa e fragmentada, em que a produção, a circulação e o consumo podem ser separados das demais esferas da vida, subordinados a leis próprias. A economia tende a tratar a questão da ciência e da tecnologia até certo ponto externa ao espaço.

Na economia rural, já em 1943, Ruy Muller Paiva apontava para a dificuldade de es-

tabelecer limites de seu campo de estudo, dado que alguns especialistas a definiam como a ciência da organização interna da fazenda - limitando os estudos para as operações de organização e administração das propriedades - e outros indicavam-lhe um campo mais vasto, definindo-a como um ramo da economia política cujos princípios e métodos são aplicados a condições especiais na indústria agrícola. Em outras palavras, cabem-lhe pesquisas sobre a produção, distribuição e consumo dos espaços agrícolas, além dos fenômenos sociais que giram em torno dessas operações. A produção é definida como a criação de utilidade e não apenas a criação física, envolvendo, portanto, toda uma organização social desde aquele que plantou e colheu, os intermediários e os consumidores finais, criada a utilidade que satisfaça os desejos do homem. A economia agrícola, assim considerada, trata, também, de estudar os fenômenos sociais conseqüentes das atividades humanas, as instituições e seus regulamentos, aliando-se a outros estudos que tratam desse tema, a fim de sanar os problemas que dizem respeito às relações sociais, seja frente às guerras mundiais citadas pela autor, seja nos dias atuais frente a "guerra" da globalização (PAIVA, 1943).

BIANCHI (1989) critica os economistas que buscam desenvolver um instrumental mais sofisticado para explicar os problemas práticos - como a teoria macroeconômica, por exemplo - com excessivo nível de abstração, com grande distanciamento entre indivíduo e sociedade e que não reconhecem de modo claro os limites de uso de modelos teóricos. De acordo com HUTCHISON (1977), citado pela autora, a preocupação com o treinamento técnico e matemático, em detrimento da história das particularidades do próprio tema de estudo, resulta na formação de cientistas cuja tarefa é encontrar números que significam cada vez menos. Segundo a autora, a economia deve se integrar com outras ciências sociais, partindo para o estudo da história das idéias econômicas que encontra sua explicação tanto internamente quanto na sua história externa, isto é, nos condicionantes sócio-históricos mais amplos - no tempo e no espaço. Katouzian, também citado por Bianchi, atribui o declínio da escola histórica - iniciada na Alemanha - às duas guerras mundiais que abalaram a liderança intelectual alemã e que poderiam colaborar em muito para a explicação da crise de identidade das ciências - não só da econômica -

orientando-se pela sociologia do conhecimento (BIANCHI, 1986 e 1989).

Vale enfatizar que, ao lado da discussão da relevância das categorias analíticas espaço e tempo, surge uma outra que, no plano científico, assume maior importância, ou seja, o conteúdo ideológico das teorias econômicas em geral, inclusive as teorias da economia espacial. O aprofundamento da análise crítica das teorias econômicas gerais e daquelas que dão ênfase às conseqüências das distâncias, dos custos de transporte e de produção, da localização geográfica e da concentração e aglomeração das atividades no espaço geográfico - teorias econômicas espaciais e regionais - converge, no período atual, para o estudo das questões estruturais e inerentes à organização capitalista de produção - desde a concentração industrial, a centralização do capital e de terra nas mãos de um reduzido número de capitalistas, a concentração e a aglomeração geográficas das atividades econômicas, as desigualdades na distribuição pessoal e regional da renda e da riqueza, a divisão social e a discriminação da classe trabalhadora e estamentos sociais marginalizados do capitalismo até a concorrência intercapitalista e o progresso tecnológico como forma de dominação, etc. Tudo caminhando em direção a uma ciência de cunho holístico e interdisciplinar (FERREIRA, 1989).

Acrescente-se que, segundo Isard, citado por FERREIRA (1989), durante muito tempo os economistas da escola clássica - desde Ricardo até Pigou - realizaram seus estudos num mundo sem dimensões espaciais. Ao trabalharem com a evolução das atividades econômicas, supunham regime de concorrência perfeita e de perfeita mobilidade dos fatores com custos nulos de transportes, de modo que se eliminavam, automaticamente, as desigualdades dos níveis de preços e de produção *per capita* entre regiões; os estudiosos tendiam a considerar os fatores não-econômicos como predominantes na explicação do padrão espacial das atividades econômicas. Já a escola histórica alemã advogava que a economia era um fenômeno social não desvinculado do organismo político-social-institucional e como tal devia ser pesquisada dentro da ordem social inter-relacionada, espacialmente, com os costumes, a lei, a educação, a política e a religião, o que levou a contestar a validade do postulado econômico universal e a preconizar a validade relativa das leis econô-

micas no tempo e no espaço.

Conforme Ponsard, citado por OLIVEIRA (1978), é na obra de Von Thünen que se encontram as origens da economia espacial. A teoria teve como ponto de partida os ensinamentos de Adam Smith - sobre a economia política - e de Thaer - sobre o que Thünen chama de agricultura científica. Seus estudos enfatizando a teoria marginal do valor foram apresentados numa época em que se desenvolvia o capitalismo na Europa, levando-o a se posicionar diferentemente dos postulados da teoria ricardiana do valor-trabalho, uma vez que esta última representava um entrave ao desenvolvimento capitalista. Foi considerado por alguns economistas e geógrafos como precursor da escola neoclássica - ao trabalhar com a teoria da utilidade - e por outros, como um dos precursores da economia moderna - graças às suas contribuições às teorias da produção e da distribuição, numa análise marginalista e da produtividade do capital, imprimindo avanços da economia política como ciência social, porém sem negligenciar a teoria espacial (OLIVEIRA, 1978).

Embora hoje tenha se reduzido o descaso com os aspectos espaciais das teorias econômicas e com o planejamento regional, e se tenha avançado no desenvolvimento da ciência regional, as disparidades sociais e econômicas inter-regionais e intra-regionais despertaram pouco interesse nos pesquisadores ao longo do tempo; não houve um descaso teórico com a economia espacial, mas uma preocupação com teorias que almejam explicar as causas e conseqüências do desenvolvimento regional em função da tendência natural à forte concentração geográfica das atividades econômicas, dada pela organização capitalista da produção, e que não podem ser solucionadas apenas com políticas e medidas estritamente econômicas.

Uma visão das ciências sociais deve passar pelo estudo da organização da sociedade humana como um fenômeno social e espacial, bem como com uma dimensão temporal, levando à necessidade de forte integração entre os cientistas e a estudos interdisciplinares.

Nesse sentido, há que se considerar os aspectos que afetam o desenvolvimento do país, procurando aprofundar os conhecimentos espaciais de relevância social - de redistribuição da renda, da riqueza e do emprego, de equidade social, de organização de subsistema urbano, rural e regional, de melhoria da qualidade de

vida, de apropriação dos recursos naturais em ritmos adequados em função da poluição ambiental e dos interesses de gerações futuras, dentre outros - num esforço de pesquisa e de análise do impacto espacial das políticas macroeconômicas de estabilização e das políticas setoriais de crescimento - agrícola, industrial, etc. Assim, para explicar os impactos diferenciados é preciso que se compreenda com profundidade essas políticas - que exige familiaridade com a caixa de ferramentas tradicionais de trabalho dos economistas - bem como as diferenças nas estruturas econômicas e produtivas, que devem ser internalizadas na pesquisa, tudo a reforçar a necessidade de melhor conhecimento sobre a organização espacial das atividades econômicas e sociais - objeto de trabalho de geógrafos, agrônomos, ecologistas, sociólogos, etc. Isso envolve a integração dos conhecimentos e habilidades dos profissionais de cada área e a análise das relações entre a realidade econômica, política e social dos meios rural e urbano e as diferentes interações espaciais.

A grande dificuldade a ser enfrentada pelas ciências físico-biológicas e pelas ciências sociais resulta das amplas transformações que ocorrem na (des)ordem mundial, após a queda do socialismo real e a crise do capitalismo, levando a problemas primordiais como o ecológico - em consequência do uso indiscriminado de tecnologias predatórias - e o agrário como reflexo do poderio de grupos econômicos internacionais, que se apossam de imensos latifúndios, graças a favores obtidos através de uma política de defesa da economia de mercado - causando problemas mundiais e também locais, inclusive na divisão do trabalho.

No campo do conhecimento da agronomia, da geografia e da sócio-economia rural, a meta é buscar o desenvolvimento do meio rural, evitando suas próprias disparidades sócio-econômicas internas assim como as desigualdades entre o campo e o meio urbano, cujos recursos naturais vêm sofrendo acelerada mudança (BILLAZ, 1993). Nesse sentido, algumas questões se impõem: como tratar a categoria espaço nos trabalhos de pesquisa? Como se colocam as questões do pluralismo do conhecimento e da interdisciplinaridade? Como se pode dar a unidade do conhecimento?

4 - O ESPAÇO AGRÁRIO

À medida que a geografia humana se transformou num conjunto de disciplinas especializadas: da população, agrária, urbana, das indústrias e outras, surgiu também a necessidade de especialistas em várias modalidades para se chegar à unidade do conhecimento, devendo-se repensar a natureza da divisão do trabalho entre os pesquisadores; um trabalho que se tornou complexo a partir do ponto em que a sociedade se complexificou. Tornou-se imprescindível compreender, também, a dimensão do humano em geografia, sem o quê não se faz geografia humana, mesmo quando se lida com geografia econômica, social, política, cultural ou agrária, devendo-se integrá-la às outras áreas do saber.

Os conhecimentos que foram adquiridos ao longo das últimas décadas, porém, se deram de maneira fragmentada e desordenada entre os que trabalham nos diversos setores da ciência, levando a uma desmesurada especialização, a ponto de se tornar cada vez mais difícil tratar um problema global - o espaço - sem mobilizar um grande número de especialistas.

A partir da década de 70, a expansão demográfica acelerada, o espectro da fome, o agravamento dos conflitos agrários e a constatação dos descompassos cada vez maiores entre a oferta tecnológica e o nível técnico dos pequenos e pobres agricultores da América Latina e da África tropical levaram a uma riqueza de estudos nas escolas européias e à criação, pelo Banco Mundial, de Centros Internacionais de Pesquisas Agronômicas (CIPA) (Fresco citado por BILLAZ, 1993). No entanto, os resultados são pouco satisfatórios em termos de contribuição para o desenvolvimento desse grupo de agricultores, assim como para o desenvolvimento em geral.

De acordo com BILLAZ (1993), na América Latina são os trabalhos da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) que, desde a década de 1960, têm oferecido a maioria das informações sobre a organização social e espacial da produção agrícola. Envolvendo inicialmente sete países, os estudos da CIDA proporcionaram a definição tanto das categorias dos empreendimentos agrícolas - multifamiliares de porte grande e médio, familiares e subfamiliares - como da situação social dos trabalhadores rurais - arrendatários, meeiros, assalariados, mão-de-obra familiar e diaristas temporários, eventualmente

sem terra. Foram numerosos estudos de caso que, com o apoio de dados pedológicos, ilustraram o fato de as melhores terras se acharem nas mãos das empresas agrícolas de grande e médio porte.

As informações geográficas sobre a infra-estrutura fundiária e os solos, somadas aos dados estatísticos dos censos e amostrais, permitiram a análise estrutural para moldar a evolução comparativa dos diversos tipos de exploração agrícola latino-americana (Barraclough e Shatan, citados por BILLAZ, 1993).

MORAES (1982), preocupado em estudar a estruturação do espaço agrário, procedeu a uma cuidadosa revisão histórica dos conceitos e do objeto de estudo da geografia e das condições naturais para entender a realidade espacial no tempo. Segundo o Autor, La Blache estabeleceu relações entre a gênese dos latifúndios com os solos pobres x ricos; a diversidade dos recursos naturais com o progresso; e a descontinuidade da terra arável com a dispersão do habitat, aceitando, porém, a idéia do determinismo histórico e a mediação do grau de civilização - apreendido pelo desenvolvimento tecnológico - como sendo o "poder do meio e da cumplicidade dos hábitos (das sociedades)". Considerou o estudo dessas relações como especificamente geográfico. Já Jean Brunhes, citado por MORAES (1982), propôs que a ocupação produtiva do solo corresponde a fatos da conquista do homem e a dados essenciais da geografia; estabeleceu relações entre o nomadismo e as condições do meio, a pluviosidade e a densidade populacional no campo e falou do papel da água na estrutura agrária, etc.; fez ainda uma curiosa distinção entre regiões geográficas e regiões históricas, colocando as últimas como obra da vontade humana. Paralelamente, SORRE (1952 e 1957), em grande parte de sua obra, analisou o habitat rural - o qual seria tanto uma expressão da história como fruto da ecologia - e propôs que as condições naturais estimulam e orientam os sistemas de exploração agrícola e que a sazonalidade atua sobre a organização do trabalho.

MORAES (1982 e 1984) avalia, assim, que o estudo do espaço agrário deve encaminhar para a análise das singularidades - os lugares concretos, onde as condições naturais jogam importante papel - sempre contendo as determinações e mediações históricas em nível das formações econômico-sócio-espaciais.

A escola francesa desenvolveu bastante a geografia agrária, ou por considerar que no mundo rural os gêneros de vida são mais facilmente apreendidos, ou por outro, é onde o conceito consegue maior eficácia explicativa. A atividade agrária e toda a vida econômica seriam explicáveis pela natureza do local em que ocorrem. Nesse sentido, GEORGE (1978) discute o papel das condições naturais como definidor da quantidade de trabalho agrícola, sua ação dificultando ou facilitando a produção, sua atuação sobre o ritmo de trabalho, etc. É um autor já plenamente consciente dos mecanismos econômicos e sociais enquanto dirigentes da organização do espaço que procura apreender esta relação no espaço agrário. Para RATZEL (1974), como já citado anteriormente, há um nexo causal entre as condições naturais e a humanidade uma vez que aquelas acabam por influenciar a constituição social de uma comunidade pelas potencialidades e limites naturais de seu território, afetando não somente a atividade agrária como também toda a vida econômica do lugar.

O estudo geográfico foi bastante influenciado por esse pensamento, levando à busca de leis da geografia agrária e sobrepondo cartas de estruturas fundiárias à topografia, tipos de solo ou disponibilidade de água.

Na crítica ao determinismo, a geografia rompeu com a idéia de unicausalidade natural. A partir daí, as condições naturais aparecem como possibilidades para a ação do homem, com "sugestões locais" (MORAES, 1982).

O estudo do espaço agrário real passou a ser a análise dos modos de produção, das formas de renda, das vias de desenvolvimento - manifestação das formas particulares de desenvolvimento capitalista nos lugares -, história de uma sociedade concreta e suas relações: a) com as condições naturais - florestas, montanhas, clima, etc. - de uma determinada porção do espaço terrestre; b) com a natureza já transformada - em cidades; c) com a "natureza natural" - os reflorestamentos; d) com o trabalho incorporado ao espaço e e) com as relações sociais nela presentes, tudo permeado por conjunturas específicas - dos programas e planos governamentais e das ingerências políticas, das lutas de classes, das oscilações do mercado, dentre outras.

Daí a ênfase no estudo concreto da geografia, uma geografia multidisciplinar e mais do que isso interdisciplinar, com interfaces com

a agronomia, sociologia, antropologia, história, ecologia, economia e outras ciências naturais e sociais.

O conhecimento da dinâmica agrária deve levar em conta a reconstituição dos acontecimentos históricos em escala regional tanto no que concerne à trajetória das explorações agrícolas quanto ao passado agrário regional. Segundo Capillon e Manichon, citados por BILLAZ (1993), é preciso traçar no período de uma ou de várias décadas as transformações ocorridas nos sistemas de produção - escolha de alternativas, rotação, investimentos, resultados e sua utilização - em função da força de trabalho disponível e das oportunidades locais - de mercado, de vendas, etc. - e nacionais de políticas agrícolas, que apontam as decisões passadas e servem de bases objetivas para futuras discussões e estratégias de ação.

E, ainda, o conhecimento do espaço agrário do passado, apresentado por sociólogos, historiadores e até romancistas, constitui-se no testemunho dos conflitos agrários e das tentativas de solucioná-los. Uma outra categoria de conhecimento a se considerar diz respeito às práticas agrícolas correntes, saídas das estações experimentais e dos institutos de pesquisa, sobre "sistemas de cultivos", "sistemas de produção", "sistemas de criação": a análise da diversidade do potencial agroecológico e das formas de exploração racional das unidades agrícolas, da compactação dos solos, da cobertura vegetal ou das reservas minerais, dos rebanhos e dos recursos forrageiros e da avaliação da rentabilidade das culturas em função das técnicas de cultivos, das características do meio, do potencial de mercados, da competitividade do produto, dentre outras.

Esses campos do saber são, assim, da competência dos geógrafos, agrônomos, veterinários, zootecnistas, sociólogos e economistas rurais e permitem a integração - de maneira contínua - dos conhecimentos emanados, oferecendo grandes progressos na exploração econômica dos recursos naturais, mediante as inovações tecnológicas, desde que também se determinem as interfaces entre as técnicas e as sociedades rurais e urbanas - dos recursos de mão-de-obra e capital, da satisfação das necessidades familiares e do manejo sustentado dos recursos naturais.

Pode-se, pois, trabalhar o objeto da geografia e o mesmo da economia com um par

de categorias; de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais (SANTOS, 1988). A primeira é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, cuja realidade é material, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que anima essa materialidade. A configuração territorial ou geográfica representa uma existência material própria, porém sua existência social - isto é, existência real - apenas lhe é dada quando se consideram as relações sociais.

No começo da história do homem, a configuração territorial era somente um conjunto dos complexos naturais. Na evolução temporal, a configuração geográfica foi-se transformando em plantações, estradas, casas, armazéns, portos, fábricas, cidades, etc. "*Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza humanizada*" (SANTOS, 1996).

Há que se trabalhar o espaço agrário, hoje, como sendo um sistema de objetos cada vez mais fabricados, técnicos e mecanizados, fazendo com que a natureza fabricada tenda a funcionar como uma máquina, em presença de hidrelétricas, estradas de rodagens, cidades, portos e fazendas modernas; um espaço marcado por acréscimos técnicos, que lhe dão um conteúdo cada vez mais artificial, interagindo com um sistema de ações igualmente artificiais com fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.

Atualmente, é insuficiente dizer que há de um lado forças produtivas e, de outro, relações de produção. A interdependência entre forças produtivas e relações de produção amplia-se, suas influências são cada vez mais recíprocas. Hoje, as forças produtivas são, também, relações de produção. Portanto, há que se trabalhar o espaço agrário como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, a partir de categorias analíticas que, por suas características próprias - configuração territorial e relações sociais locais, regionais ou nacionais -, dêem conta da multiplicidade e da diversidade de situações de racionalidade do campo (SANTOS, 1996).

O espaço geográfico seria um fenômeno: material/imaterial, físico/humano e social/natural. Portanto, o espaço geográfico é único, um

híbrido formado por configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos - racional ou não - vem instalar-se para criar o espaço, que é mais do que o social dos sociólogos porque inclui a materialidade, e que é mais do que o econômico e do que o rural. É preciso pesquisar - pelas várias disciplinas integradas entre si - a formação sócio-espacial que exerce o papel de mediação entre o mundo e a região, o lugar (SANTOS, 1996).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há, com efeito, uma relação facilmente perceptível na realidade entre o espaço e as atividades humanas, dentre elas as econômicas, que sempre devem ser condicionadas pelo tempo e, sem dúvida, também pelo espaço. As contribuições teóricas e metodológicas no contexto espaço/tempo reforçam as análises das atividades humanas, objeto também da economia agrícola. Em termos práticos, significa que mediante o conhecimento de leis geográficas, agrônômicas, antropológicas, econômicas, dentre outras - que afetam a distribuição espacial das atividades econômicas - pode-se analisar e/ou planejar tanto a alocação como a redistribuição dessas atividades de modo a avaliar e contrabalançar as (des)economias oriundas da concentração ou dispersão das mesmas.

Uma vez que a agricultura consiste na exploração econômica dos recursos naturais mediante aplicação de variadas técnicas, os conhecimentos pertinentes devem vir da interface entre as técnicas agrícolas e os recursos naturais - de domínio da agronomia; entre a sociedade rural e as técnicas econômicas, etc. - campo da sociologia e da economia, dentre outros e, ainda, entre a sociedade rural/urbana e os recursos naturais - de domínio comum à geografia e à sociologia rural.

Aliada a isso, está a preocupação atual com a importância de uma política de desenvolvimento destinada a dar rumo a todas as atividades de um setor, de uma região e/ou de um país ou bloco de países, estabelecendo metas assim como o próprio conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentado que se refere a um novo padrão de crescimento da economia e geração de riquezas, integrado à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, bem como o direito dos indivíduos

os a uma adequada qualidade de vida. A problemática do desenvolvimento sustentado passa pelas questões fundiária, ambiental, econômica, agrária e dos conflitos sociais, sendo que todas elas se confundem.

Esses mesmos temas podem interagir com as mais diversas disciplinas. O espaço geográfico deve pois ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido, onde o seu valor depende das ações que são nele realizadas. O espaço é um conjunto de formas - a paisagem - mais a vida que as anima.

Aos geógrafos interessa a variabilidade e a organização do meio agroecológico e sócio-econômico na escala de uma região ou país, de um modo ordenado para compreender a realidade dos lugares, das cidades e do campo.

Ao economista rural compete analisar a formação, evolução e caracterização recente das atividades produtivas no espaço agrário, interpretar fatos econômicos que influenciam o setor rural e identificar reflexos sociais e econômicos das políticas governamentais para o setor.

Aos cientistas sociais - cuja área de conhecimento engloba sociologia, economia, administração, agronomia, estatística, extensão e planejamento urbano e rural - cabe estudar modelos teóricos alternativos e aplicar métodos diversos de análises das populações rurais e para o planejamento regional e das unidades de produção agrícola, num processo de aprofundamento e ampliação disciplinar capaz de promover avanços que só um trabalho multidisciplinar pode fornecer.

O espaço é uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e por meio de seu uso ele é um conjunto de mercadorias, cujo valor de troca é função do valor de uso que a sociedade lhe atribui. E, como tal, deve ser estudado em seus fins alternativos e que podem afetar a disponibilidade relativa dos recursos e o nível de bem-estar econômico e social da população, uma tarefa que exige a cooperação interdisciplinar.

O espaço geográfico, no qual a sociedade opera por meio dos sistemas de comunicação e transportes, deve estar relacionado a todas as manifestações da técnica, incluídas as da própria ação. Não se pode considerar apenas as chamadas técnicas da produção, isto é, uma ferramenta específica, que realiza este ou aquele resultado específico. Uma visão dessa forma pode levar a noções como a de espaço agrícola,

espaço industrial ou espaço econômico. A noção de espaço geográfico é mais ampla, exigindo que se considere os fenômenos técnicos em sua total abrangência. Os geógrafos e os economistas, ao lado de outros cientistas sociais, devem estar sempre preparados para colocar os fundamentos do espaço verdadeiramente humano, que unam os homens por e para seu trabalho, num universo em constante movimento - no tempo e no espaço

Essa integração e esse desafio permitem aos pesquisadores a oportunidade de se diversificarem no seu saber, de modo a ampliar a abordagem dos problemas urbanos e rurais.

Tudo a indicar o seu caráter científico altamente interdisciplinar e multidisciplinar, fazendo com que especialistas de vários ramos do conhecimento e portadores de experiências das mais diversas debatam e se integrem nos estudos do espaço sócio-econômico.

LITERATURA CITADA

ANDRADE, Manuel C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. A geografia e a sociedade. In: SOUZA, Maria A. A. de (Org.). **O novo mapa do mundo - natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 2.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p.18-28.

_____. **Geografia econômica**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, 1977.

BIANCHI, Ana M. Polemizando: anotações de leitura sobre a crise na ciência econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.19, n.2, p.205-224, maio/ago. 1989.

_____. A pré-história do pensamento econômico. In: _____ (Org.) **Questões de método na ciência econômica**. São Paulo: USP/IPE, 1986. p.1-31. (Relatório de Pesquisa, 28).

BILLAZ, René. Agronomia, geografia e sócio-economia rural, o difícil caminho para a unidade das ciências agrárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31, Ihéus, BA, 2-5 ago. 1993. **Anais...** Brasília: SOBER, 1993. v.2, p.871-886.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização tropical. In: SOUZA, Maria A. A. de (Org.). **O novo mapa do mundo - natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 2.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p.127-138.

FERREIRA, Carlos M. de C. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, Paulo R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste/ETENE, 1989. p.45-65.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e geografia**. São Paulo: Forense, 1978.

- GOMES, Edvânia T. A. Inquietação em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade. In: SOUZA, Maria A. A. de (Org.). **O novo mapa do mundo - natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** 2.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p.146-152.
- HARVEY, David. Revolutionary and counter revolutionary theory in geography and the problem of ghetto formation. **Antipode**, USA, v.6, n.1. 1974.
- HUTCHISON, T. W. **Knowledge and ignorance in economics.** Londres: Macmillan, 1977.
- MORAES, Antonio C. R. As condições naturais e a estruturação do espaço agrário. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.1, p.99-104, 1982.
- _____. **Geografia: pequena história crítica.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao "estado isolado" de Von Thünen.** São Paulo: USP/FFLCH, 1978. 489p. Tese de Doutorado.
- _____. Ensino de geografia: horizontes no final do século. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.72, p.3-27, 1994.
- PAIVA, Ruy M. Campo de pesquisas da economia rural. **Revista de Agricultura**, São Paulo, v.18, n.3-6, p.117-127, mar./jun. 1943.
- RATZEL, Friedrich. **Geografia dell'uomo.** Torino: Fratelli Bocca, 1974.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1978.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SORRE, Max. Le fondements de la géographie humaine. **L'habitat**, Paris, t.3, 1952.
- _____. **Remontres de la géographie et de la sociologie.** Paris: Riviere, 1957.
- SOUZA, Maria A. A. de. O ensino da geografia na virada do século. In: _____ (Org.). **O novo mapa do mundo - natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** 2.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p.29-35.
- WEINER, Robert S. (Org.). **The new grolier multimedia encyclopedia.** [CD-ROM]. Release 6 (geography). USA: Microsoft Corp, 1990-1995.

A QUESTÃO DO ESPAÇO: as interfaces da geografia com a economia rural

SINOPSE: *A natureza do espaço tem sido objeto de inúmeras discussões e abordagens entre os cientistas sociais, diferentemente percebida pelos geógrafos, historiadores, sociólogos e economistas, desde a noção abstrata do matemático até a concepção muito concreta do espaço - acidentes físicos e organização do espaço social - obra da atividade produtiva dos homens. A preocupação é apresentar a evolução do pensamento geográfico na investigação dos efeitos temporais/espaciais resultantes da relação natureza/sociedade e dos estudos realizados pela sociologia, economia e outras disciplinas e suas interfaces com o espaço geográfico, com a questão agrária e*

social. Esse espaço - instância social - sendo uno e múltiplo tem um caráter científico multidisciplinar e interdisciplinar.

Palavras-chave: *espaço geográfico, espaço agrário, ciências sociais: interfaces, economia agrícola.*

**THE INTERFACING OF GEOGRAPHY WITH RURAL ECONOMY:
the space issue**

ABSTRACT: *There has been a large number of social scientific discussions and approaches on the nature of space. Differently perceived by geographers, historians, sociologists or economists, space definitions range from the abstract mathematical notion to a very concret conception that encompasses physical accidents and the social space organization - a fruit of man's productive activity. The article is concerned with the geographic thought evolution in the investigation of the temporal/spatial effects resulting from the nature/society relationships. Also, it aims to present studies carried out in sociology, economy and other fields and its interfaces with the geographic space, with the agrarian and social questions. This space - social instance - has a multiple and interdisciplinary scientific nature.*

Key-words: *geographic space, agrarian space, social science: interfaces, agricultural economy.*

Recebido em 03/03/98. Liberado para publicação em 08/05/98.